

## Greve dos Professores do Estado do Paraná em 1988: Representações na Folha de Londrina

Fabiane Luzia Menezes<sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho é uma fração da pesquisa que está sendo desenvolvida para o programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa História e Ensino. O foco está delimitado na análise do jornal *Folha de Londrina*, no período que compreende a greve dos professores das escolas públicas do Paraná do ano de 1988, mais precisamente, as notícias sobre o movimento grevista e também as cartas de leitores enviadas ao jornal e publicadas. O objetivo é perceber a representação deste movimento e dos seus agentes, ou seja, os professores do Estado do Paraná.

A base teórica para este estudo está fundamentada em Roger Chartier e suas reflexões sobre Representação e Apropriação. Segundo este autor, a História Cultural é importante porque permite identificar e compreender, em diferentes lugares e momentos, o modo como uma realidade social é construída, como é pensada, e mesmo, dada a ler por diferentes grupos e/ou indivíduos. Chartier ressalta que a obra é testemunho de uma determinada realidade, é neste sentido que há a possibilidade de ir do discurso ao fato. A fonte deixa de ser instrumento de mediação e se transforma em testemunho de uma determinada realidade, que segundo o autor, pode englobar vários e diferentes sentidos, posto que, as representações do mundo social, mesmo aspirando a uma universalização de sentido fundamentado na razão, estão sempre condicionadas aos interesses dos grupos que as formularam.

Desta forma, foram analisadas as reportagens e cartas publicadas no jornal *Folha de Londrina* do período de 05 de agosto a 28 de setembro de 1988, que compreende o período da greve que foi encerrada em 20 de setembro do mesmo ano, e algumas publicações posteriores sobre a sua finalização. Neste texto foram abordados os aspectos principais desta análise e reflexão sobre a fonte pesquisada. Para tanto, foi de grande relevância os estudos de Robert Darnton e Benhur Jungbeck, que apresentam reflexões sobre o trabalho metodológico com jornais.

As representações sobre este movimento grevista, bem como sobre os professores aparecem de forma bastante variada e complexa, ao mesmo tempo em que são postos como “folgados”, “gananciosos” e que o movimento apenas se coloca como um impedimento para que o ensino nas escolas aconteça, também são vistos como vítimas de um Governo que não se abre ao diálogo, que não tem interesse em negociar. São os reprimidos pelas atitudes anti-democráticas deste Governador. É perceptível também a divisão de opiniões expostas pelas cartas enviadas ao jornal por leitores e publicadas. Nestas cartas aparece uma sociedade dividida, entre apoio e rejeição ao movimento, a visão dos professores como merecedores e também não merecedores de melhores salários, reivindicação da categoria. Assim, tentamos elencar alguns dos principais aspectos encontrados nas fontes pesquisadas.

Palavras-chave: Greve; professores do Paraná; 1988; Folha de Londrina; Representação.

A pesquisa em que este trabalho se insere tem por objetivo analisar as representações sobre os professores a partir da citada greve e também a construção/reconstrução de uma

identidade social por estes professores, visto que esta greve é bastante significativa para a categoria paranaense, pois ainda está presente na memória da sociedade em geral e nos meios de comunicação do sindicato da categoria, como a greve em que o então governador Álvaro Dias (1987-1991) *soltou a cavalaria sobre os professores*.

Neste texto vou me ater apenas às representações, e uso como fonte o jornal *Folha de Londrina*, fundamentada pelos estudos de Roger Chartier.

Para Chartier, representações são “estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.”<sup>2</sup> Ou seja, a representação é a forma como determinado grupo se dá a conhecer e, ao mesmo tempo, como é percebido, compreendido, conhecido, por outros grupos.

Chartier ressalta que a obra é testemunho de uma determinada realidade, é neste sentido que há a possibilidade de ir do discurso ao fato. A fonte não é mero instrumento de mediação, mas se transforma em testemunho de uma determinada realidade, que segundo o autor, pode englobar vários e diferentes sentidos, posto que, as representações do mundo social, mesmo aspirando a uma universalização de sentido fundamentado na razão, estão sempre condicionadas aos interesses dos grupos que as formularam.

Ao folhear os jornais do período, e ler atentamente as notícias e cartas publicadas podemos perceber um conflito de interesses e também as diferentes percepções do movimento grevista dos professores do Paraná. Governo e Associação dos Professores (entidade conhecida como APP) travam um embate para demonstrar, cada um a seu modo, como a outra parte está agindo de forma errada/negativa. E, da mesma forma, aparecem também algumas vozes que tentam se posicionar diante dos acontecimentos, que são os leitores do jornal que escrevem para a seção *Cartas*. E, além destes, não podemos deixar de levar em consideração o fator principal que é a editoria do jornal que seleciona o que será publicado, tentando fazer aparecer os dois lados, mas, em alguns momentos pendendo para um lado e outros momentos para outro, e tentando, sem sucesso, manter a sonhada, mas impossível, neutralidade.

Para aprofundar um pouco mais a discussão, procuraremos atentar para alguns dados importantes da greve dos professores em 1988. O país estava passando por um processo de redemocratização, o fim do Regime de exceção civil e militar (1964-1985) era recente, a opção pela transição lenta e gradual já havia sido concretizada, mas, é perceptível, nas falas publicadas nas notícias, os ranços, a memória do período ditatorial, e a sua negação e muitas vezes a comparação com o que estava sendo vivenciado pelo movimento durante a greve.

A greve teve início em 05 de agosto de 1988, quando houve uma assembleia geral dos professores em Curitiba, onde foi tomada esta decisão. E a reivindicação, tida por “única” pelo presidente do núcleo da APP de Londrina, no período, José Claudiney Stachetti, seria a elevação do piso salarial dos professores, de três para oito salários mínimos.

Esta reivindicação não era apenas dos professores, ao analisar os jornais, muitas greves estavam em andamento, ou ameaças de greve de várias categorias, não somente no Paraná, mas em todo o Brasil. A economia brasileira estava em um quadro de instabilidade, grande dívida externa e uma inflação em ascensão. Os salários, por meio do Plano Bresser (1987-1988), estavam sendo calculados pela URP (Unidade de Referência de Preços), que reajustaria preços e salários. Mas, como demonstra o estudo de Carlos Henrique Horn, esta tentativa de controle da inflação não obteve sucesso e as taxas inflacionárias mostravam-se crescentes, “fazendo com que a economia brasileira superasse as piores marcas de toda sua história de elevação de preços”<sup>3</sup>. Os salários de um trimestre estavam sempre tentando recuperar a inflação do trimestre anterior. Mas, mesmo sendo um plano da União para tentar solucionar o problema, os governos federal e estadual, não realizavam o pagamento do funcionalismo público com base na URP, esta forma de pagamento estaria acontecendo apenas nas empresas privadas.

Conforme a análise feita pelo editorial da *Folha de Londrina*, no dia 05/08/88:

Não é muito difícil perceber o que está acontecendo, nem mesmo chegar a causa. Enquanto os assalariados continuam a receber suas URPs, que perdem da inflação, mas, ao menos, diminuem um pouco a diferença entre a alta do custo de vida e o que o trabalhador recebe, os funcionários ligados a administração pública federal e estadual estão sofrendo o efeito da política salarial diferenciada.<sup>4</sup>

Deste quadro podemos inferir a situação dos professores e também de outras categorias de trabalhadores, e a motivação para as greves: os salários não condiziam com a realidade de preços, a remuneração mensal estava constantemente desvalorizada. Estes trabalhadores se viam fora de uma política proposta para o país, mesmo sendo funcionários públicos. Por isso temos greves em vários setores públicos como Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrosul.

A euforia de um país recém saído de um regime ditatorial, somado a problemas econômicos, dava força e ânimo para a luta. A situação não estava boa, mas, havia a possibilidade de buscar o que desejavam, sem repressão, pois viviam uma democracia, e o direito de greve lhes estava garantido. Mas, as ações repressivas do Governo do Paraná, e também dos parlamentares da situação, levou-os ao título de “ditadura civil”, isto aparece em várias falas posteriores ao fatídico 30 de agosto.

Isto porque, as medidas tomadas pelos governantes, tanto governador quanto parlamentares, pareciam estar relacionadas a um passado já vivenciado pela sociedade, mas, que não condizia com a realidade democrática que o país deveria estar vivendo.

Retornando, então, aos fatos, os professores anunciam novas estratégias na paralisação, e ocupam a Assembleia Legislativa do Estado no dia 16 de agosto, afirmando se retirarem apenas quando ouvidos pelo Governador Álvaro Dias, para negociar a melhoria salarial e o retorno às aulas.

O título da reportagem na *Folha* é bastante sugestivo, “*Professores tomam de assalto a Assembleia*”. Na ocasião, a liderança do PMDB articulou o “esvaziamento” do plenário, avisando aos seus deputados que não adentrassem no recinto. E os trabalhos dos parlamentares foram paralisados enquanto os professores permaneceram na Assembleia Legislativa.

Mas, várias foram as tentativas de retirada dos professores do recinto. Como consta na reportagem “*Professores permanecem na AL apesar de tiros*”, na noite da ocupação, foram ouvidos tiros que vinham da direção do prédio onde ficavam os escritórios dos parlamentares, e também foram deixados muitos vasos ornamentais quebrados e muito lixo espalhado pela Assembleia. Esta seria uma tentativa de desorganizar o movimento, atribuir o caos aos professores ali instalados, mas, segundo o jornal “o tiro saiu pela culatra, pois o próprio deputado Aníbal Khouri reconheceu que não foram os professores”, assim como a sujeira mostrada em uma foto no jornal com os dizeres: “Bagunça na Assembleia atribuída aos professores”.<sup>5</sup> O jornal desconstruiu a ideia de que a culpa era dos professores, mostrando a intenção dos responsáveis em culpar os docentes que ali se encontravam.

Mesmo depois deste episódio, houveram outros que demonstraram as tentativas de retirar os manifestantes do plenário, como pronuncia à reportagem a presidenta da APP, Isolde Andreatta, “*Ora nos fecham aqui dentro ou ora não nos deixam entrar livremente*”. E afirma que a cada momento surgem problemas novos, o que estaria dificultando a entrada de alimentos e roupas para os manifestantes.<sup>6</sup>

Estes acontecimentos relembram nitidamente a repressão e as artimanhas próprias do governo ditatorial vivenciado anteriormente, com a diferença que o jornal não foi censurado, noticiando os fatos e atribuindo a culpa aos responsáveis. Mesmo tendo a responsabilidade de divulgar os acontecimentos, é sabido que há, dentro da editoração de jornais e revistas, e em toda forma de mídia, uma seleção, o que irá ou não ser publicado, e a forma como será publicado.

Isto não mostra que o jornal está simplesmente contribuindo com a “verdade”, temos que lembrar que a notícia é algo vendável, e como afirma Robert Darnton, em seu texto “*Toda notícia que couber a gente publica*”<sup>7</sup>, o público alvo geralmente é o que determina a forma como será redigido o texto, e o que será mais ou menos focado da notícia que se pretende transmitir.

Benhur Jungbeck, também colabora com essas questões ao afirmar que:

[...] não há publicações que não estejam submetidas a algum tipo de pressão, todavia os jornais, que são cotidianamente construídos e construtores de idéias, podem ser atacados diariamente por pressões da sociedade, como também pela própria hierarquia interna da empresa, que atua sobre os profissionais da área para que se mantenha uma linha de interpretação.<sup>8</sup>

Deste modo podemos analisar a notícia como uma pressão exercida pelo fato de que não há mais um regime ditatorial, o que impera é a democracia e toda e qualquer forma de censura ou repressão deve ser denunciada, sob o risco de voltar ao modo anterior de censura. Eles sabiam que isto não iria ocorrer, mas, poderia ser uma forma de mostrar a sociedade que estavam ao lado da dita “verdade”, que os tempos de omissão haviam acabado.

Os professores aparecem como vítimas de um sistema que não está condizendo com a situação democrática. Como na notícia “*Professores retirados à força da Assembleia*” quando algumas lideranças do movimento grevista são retiradas da Assembleia sob a escolta de seguranças, e na imagem estampada na primeira página do jornal mostram vários homens forçando a saída de apenas um, retratando uma forma de violência, que foi saudada pelos duzentos professores presentes nas galerias do recinto, com o Hino Nacional Brasileiro. Ressaltar estas informações mostra como o jornal está comprometido com os ideais democráticos, pois, estavam vivenciando esta abertura política, decorrente do processo de redemocratização, no qual o país estava inserido. Mas no decorrer do texto a retirada destes líderes é justificada por uma “traição” da APP para o Presidente da Assembleia, Antonio Anibelli, mas esta dita traição não é revelada na reportagem. E ao sair, ao som do Hino Nacional cantado pelos professores, gritavam “fascistas” e “nazistas”, se referindo aos parlamentares que os estavam expulsando. Mais uma vez o jornal ressalta o que está sendo contrário aos ideais democráticos, enfocando na fala destes professores, que comparam os parlamentares com os adeptos dos regimes totalitários italiano e alemão.

Isto se torna mais nítido quando são noticiados os acontecimentos de 30 de agosto. Neste dia, os professores estavam fazendo uma passeata em Curitiba, juntamente com alguns pais de alunos que estavam apoiando a greve, mas, ao chegar em frente ao Palácio do Iguazu (sede do governo do Paraná), já os estavam aguardando cerca de 400 soldados da Polícia Militar e da Cavalaria, haviam feito um isolamento do local, para que os professores não adentrassem. O objetivo da passeata era tentar abrir o diálogo com o Governador para iniciar as negociações. De acordo com o jornal, os policiais tentaram desarticular o movimento impedindo a passagem dos carros de som para o local onde estavam os manifestantes e jogando bombas de gás lacrimogêneo, e a partir disto o centro cívico se transformou em uma “praça de guerra”. Vários professores foram feridos, inclusive um deputado que também participava da manifestação. A reportagem mostra que os professores foram agredidos pelos policiais pelo simples fato de estarem se manifestando, não mostrou nenhuma atitude agressiva dos professores, apenas dos policiais.<sup>9</sup>

Mesmo mostrando os professores como vítimas da situação, o jornal, da mesma forma, publica notícias que pressionam o movimento, e que forcem uma desestabilização. Como, por exemplo, sobre a lista de professores a serem demitidos e sobre o julgamento da greve, são oito reportagens durante o período, sempre mostrando a possibilidade dos grevistas serem demitidos, especialmente os celetistas, pois a legislação previa dispensa em caso de 30 dias de afastamento, que poderia ser considerado como “abandono de emprego”. A possibilidade de perda do emprego fez com que vários professores contratados pelo regime CLT, chamados

celetistas, voltassem às escolas para assinar suas presenças. Este é um mecanismo sutil de desarticulação, e o governo sabia também se utilizar da mídia, pois, a todo momento há uma referência sobre a elaboração da “lista” com os nomes dos que seriam dispensados.

Um ponto positivo para o movimento grevista, e que é também bastante ressaltado nas notícias publicadas é a falta de diálogo do Governador Álvaro Dias com os professores. As reportagens mostram a posição irredutível de Álvaro Dias de se propor ao diálogo apenas com o retorno às aulas. Os professores pedem o diálogo, mas, este é negado. Até mesmo representantes, como deputados, vereadores, e o prefeito de Londrina, Wilson Moreira (1983-1988), tentam intermediar e solicitar a abertura do Governo ao diálogo com os professores, mas, isto não acontece. O que representa a postura dura, fechada do governador, que “não quer ouvir os professores”, como aparece várias vezes nas reportagens e nas cartas publicadas na *Folha de Londrina* no período da greve.

Mas, os professores não aparecem nas linhas do jornal apenas como vítimas de um governo que não os atende e não os escuta, os docentes são também os algozes da sociedade que anseia por educação. Muitas são as reportagens mostrando os alunos como os principais prejudicados pelo conflito entre professores e Governo, e eles pedem o retorno às aulas. Várias manifestações de alunos e pais de alunos, em cidades diferentes do Estado, que aparecem como mobilizações pequenas, mas, que demonstram o pesar da sociedade com o embate que não se resolve: Os professores continuam a greve e o governo não se abre à negociação.

Mas, o jornal também mostra posições divididas, ao mesmo tempo que publica notícias sobre manifestos de pais e alunos que querem o fim da greve, divulga as manifestações de apoio de Associações de Pais e Mestres e de outros setores da sociedade, como associações de trabalhadores de outras áreas.

Sobre esta divisão de opiniões sobre o movimento grevista dos professores, a seção Cartas do jornal *Folha de Londrina* traz este embate e também revela alguns pontos importantes sobre as diferentes apropriações/representações do movimento e dos professores.

De acordo com Roger Chartier, a representação é a forma como pode ser percebida uma realidade, ou como esta mesma realidade é dada a conhecer. Sobre a apropriação, o autor define como a forma como estas representações são interpretadas pelos leitores, esta tem por objetivo, então, uma história social das interpretações, que estão diretamente ligadas a algumas determinações fundamentais que são sociais, institucionais e culturais, e também inscritas nas práticas específicas que as produzem.

Nesse sentido, ao abordar as apropriações nos referimos a forma como as pessoas compreendem o movimento e seus sujeitos, os professores, e como a partir desta apropriação, desenvolvem suas representações sobre os mesmos. Sobre isto é importante ressaltar que as notícias sobre o movimento chegavam à sociedade em diferentes veículos midiáticos, pelos jornais, pela televisão e, também, pela própria vivência da greve, pois estavam expostos diretamente aos acontecimentos, com os problemas gerados pelo não acolhimento dos filhos em período determinado do dia, o que mudava a rotina familiar.

A partir desta vivência e desta recepção de diferentes representações a sociedade desenvolve diferentes apropriações e conseqüentemente diferentes representações sobre o movimento e os professores, gerando aprovação e/ou reprovação de algumas ou todas as ações empreendidas pelos docentes.

São 32 cartas publicadas no jornal *Folha de Londrina*, no período analisado, que conta do início da greve, em 5 de agosto, até 28 de setembro de 1988, que já é um período pós greve (encerrada em 20 de setembro). Estas cartas não representam o pensamento de toda a sociedade, pois é o posicionamento de alguns, que se dispuseram a escrever para o jornal demonstrando as opiniões, mas, inferem formas de pensar que podem ser recorrentes no período.

A primeira carta publicada foi escrita no período da greve, e traz informações bastante interessantes sobre a ação do então governador, Álvaro Dias. No texto, a autora demonstra indignação pelo fato de o Governador ter declarado “na televisão” que os professores querem um aumento injusto e ilegal, e destacando que trabalham “apenas 4 horas por dia”. Vejamos um trecho:

Fiquei indignada. O governador foi professor. E cheguei a conclusão que ele preparava aulas, organizava e corrigia provas e tarefas dentro da sala de aula. Se eu estivesse na ativa iria seguir o método dele: trabalhar somente 4 horas, e a aula propriamente dita iria para o espaço.<sup>10</sup>

A autora, se referindo a sua pessoa, usa a expressão “se eu estivesse na ativa”, demonstrando ser professora aposentada ou afastada por algum motivo, e completa, dizendo que o Governador, que também foi professor, mas, que não deve ter sido bom professor, por não se recordar de todo o trabalho que deve ser realizado pelo docente tanto antes como após a aula. Ressalta que não é somente o período em sala de aula que deve ser contado para a atividade do professor. E ainda, na continuidade do texto, compara os salários dos deputados, e chama a estes salários de injustos e ilegais, ressaltando que não trabalham “nem uma hora por dia”.

A segunda carta é escrita por um homem, mas, não deixa transparecer se é ou não professor, mas, possui uma eloquência bastante admirável. Este autor também se refere ao pronunciamento do Governador na rede televisiva, como “apelo hipócrita”, e mais adiante rebate apontando que os professores que deveriam ser os “marajás”, pois não haveria como se dedicar à pesquisa ou ao aprimoramento do conhecimento, se há a preocupação com necessidades cotidianas como a alimentação e o transporte para o trabalho.<sup>11</sup>

Assim como estes dois exemplos, várias outras cartas foram publicadas dando apoio aos professores, demonstrando que a reivindicação de melhores salários era justa, que o governador deveria se abrir ao diálogo, mas, chama a atenção a carta de uma aluna do Colégio Marcelino Champagnat, de Londrina. A aluna critica a ação dos professores, se referindo à reivindicação como injusta, e fundamenta sua crítica constatando que “todos os brasileiros levam seus problemas de trabalho para casa e são mal pagos” e reproduz a divulgação do governo de que os professores trabalham “apenas 4 horas por dia” e ainda tem “regalias”, que seriam exageradas na opinião da aluna.<sup>12</sup>

Esta visão sobre os professores, como “folgados”, pois não se trata de um trabalho braçal, mas, sim intelectual, aparece constantemente também nas falas e nos cartazes dos manifestos de alunos e pais pelo retorno às aulas. É difícil para a sociedade em geral, perceber o trabalho intelectual, não palpável, a educação é algo subjetivo, não é um produto concreto, é um esforço de capacitação do outro, para o desenvolvimento geral do corpo e da mente. Por isso o foco nas “4 horas”, e a lembrança das “regalias”, como o recesso no meio do ano, as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, que são, muitas vezes caracterizados como “folgas” para os professores.

É interessante perceber isto nos cartazes de alunos em uma manifestação em frente à Escola Estadual Dario Veloso, em Londrina. A foto publicada na primeira página do jornal *Folha de Londrina* (17/08/88), sob o título “*Pedindo aulas*”, traz alunos uniformizados segurando cartazes de cartolinas com dizeres como: “Professores vocês só pensam em dinheiro? Educação não é comércio. O Governo erra e o aluno é prejudicado por quê?” e em outro, “Todo ano ocorrem greves para piorar o ensino. Se o Governo é incompetente e os professores gananciosos, nós não temos culpa!” e ainda, “Se esta greve for justa nós alunos estamos reivindicando por uma causa mais que justa: volta às aulas já!”, e ainda outros cartazes com frases com o mesmo sentido. O jornal traz, abaixo da imagem, que a organização da manifestação foi das mães dos alunos de 6ª e 7ª séries, com o objetivo de acelerar as negociações entre os professores e o Governo, para que os alunos não ficassem prejudicados.<sup>13</sup>

Estes cartazes e seus dizeres revelam como a imagem do professor está sendo apropriada e representada pelos pais e pelos alunos, assim como a carta da aluna descrita anteriormente. O professor está colocado como “ganancioso”, e a greve não seria justa, pois a ganância é um sentimento negativo, é querer ter tudo só para si, sem levar em consideração os outros. Ao frisar que “educação não é comércio”, a intenção é a mesma, o professor não pode querer “barganhar” a educação, ou seu trabalho de docente por um salário, a sua remuneração seria satisfatória em decorrência do papel que ocupa na sociedade, como um vocacionado, é isto que esta frase deixa transparecer. O justo, na frase do terceiro cartaz citado, é o retorno às aulas, pois os prejudicados são apenas os alunos.

Em uma carta escrita por uma professora com 25 anos de docência, sob o título “*Função denegrada*”, consta:

O professor tem sido desvalorizado demais a nível de salário, comparados à outros, polpudos, com muito menos trabalho, e tão menos sacrificial; a nível moral somos tachados de vagabundos. Isto machuca e muito.<sup>14</sup>

Esta é uma visão bastante característica para a função docente, e podemos perceber que persiste ainda hoje na sociedade. Pois é comum ouvir comentários dos alunos como “Você trabalha também professora? Ou somente dá aula?”, ou, “estes professores não fazem nada e só reclamam de salários”. Os professores, não raras vezes é possível escutar, “reclamam de barriga cheia”. O desabafo desta professora demonstra que os professores também percebiam esta visão negativa com que eram retratados, e que isto era comum, pois era divulgado até mesmo pelo próprio Governador pelas redes de televisão.

O artifício de revelar os salários dos professores, e ressaltar as horas em sala de aula, era justamente para que o trabalhador sentisse como injusta a reivindicação, enquanto a maior parte dos trabalhadores possuía jornada de 8 horas diárias e não tinham o mesmo salário. Tudo isto levava a grande parte da população a ver os professores como “gananciosos” e também como “vagabundos”. E que estavam prejudicando os alunos, que queriam estudar.

A frase do cartaz citado acima “Todo ano ocorrem greves para piorar o ensino”, também coloca os professores como responsáveis pela “piora” do ensino. Além de uma reivindicação injusta, estão causando a deterioração da educação, por conta das paralisações.

Mas, as opiniões estão sempre em conflito. Outra carta, também de um aluno, mostra uma visão totalmente contrária a expressa pela aluna do Colégio Marcelino Champagnat. Este aluno, pois assim ele se descreve, relatando que está na 8ª série, afirma que quer “defender os professores”, pois sabe das dificuldades enfrentadas em sala de aula, e todas as atividades que um professor precisa desenvolver com sua pequena carga horária de trabalho. Este aluno acredita que se as autoridades não se abrem para negociações a saída é a greve, por isso apóia os professores. E ao se referir ao ensino no Estado, aponta que “está entre os melhores do país por ter muitos professores competentes que lutam com dificuldades para um melhor ensino. É claro que existem aqueles que só sabem enrolar numa sala de aula, não esclarecem os alunos.”<sup>15</sup>

Este aluno aponta dois tipos de professores, os que são competentes, e os que somente “enrolam” e não esclarecem os alunos, mas, pela sua exposição podemos inferir que ele se refere aos primeiros como maioria, ou seja, mesmo tendo alguns que não realizam bem sua função, os outros que são “competentes” estão realizando bem, e isto o faz apoiar o movimento grevista.

Outra carta, assinada por um padre, merece também atenção. Este, caracteriza a greve como “melancólica” e uma atitude de “violência”, pois segundo ele, toda greve é uma violência. E continua afirmando que “certas atitudes não condizem com educadores”, se referindo ao ato de estar em greve, e ressalta com louvor a atitude de alguns docentes de Araruna que não aderiram à greve, o que comprovaria que “ser professor não é uma mera profissão, mas uma vocação, exigindo sempre sacrifícios e renúncias”. De acordo com o

padre, o ato de ensinar deveria estar acima de qualquer outra intenção como a salarial. E afirma que as longas e freqüentes greves do professorado mostra que são profissionais que estão “à cata frenética do lucro fácil, colocando o ensino, a educação em plano secundário”. Esta visão mostra os professores como seres vocacionados, que não precisariam se preocupar com salários. Colocar a educação em primeiro plano significa se sacrificar e renunciar, e isto sim é algo que condiz com educadores, na percepção exposta pelo padre.<sup>16</sup>

Este embate de opiniões sobre ser justa ou não a greve aparece nos discursos publicados no jornal, tanto nas cartas, como nas falas dos entrevistados das reportagens. Os parlamentares e o governo procuram mostrar que os professores não estão sendo compreensivos, que não há como dar o aumento, e que já estão sendo bem pagos pelo trabalho que exercem. Os professores, por outro lado, tentam justificar suas necessidades e mostrar como o Governo está errado em não lhes conceder as reivindicações. E a sociedade aparece dividida, alguns grupos apoiando os professores e o movimento grevista e outros não concedendo apoio, e, exigindo o fim da greve.

De acordo com as notícias analisadas, após o episódio do dia 30 de agosto, caracterizado como repressão e violência por parte do Governador e seus policiais contra os professores, percebemos uma comoção com o ocorrido. As cartas passam a trazer mensagens de indignação pela violência e também mensagens de apoio aos professores em sua luta.

A carta de uma mãe de aluno demonstra bem esta solidariedade com os professores, esta afirma que nunca havia apoiado uma greve do magistério, mesmo reconhecendo as reivindicações como justas, devido aos baixos salários, mas, a partir da violência praticada com os professores e pais de alunos presentes na manifestação, esta mãe aponta que:

Não posso ficar contra esse movimento. Não posso ficar calada quando os professores são tratados como marginais, massacrados por cassetes e pisoteados pelas patas de cavalos.

Estou estarecida com um governo que chegou ao poder criticando o PDS e se dizendo democrático e que agora procede de forma pior do que a daqueles governos impostos pela ditadura militar [...] Professores, resistam por favor! A dignidade é um bem supremo e nossos filhos só terão orgulho de vocês.<sup>17</sup>

A consequência desta repressão por parte do Governo, foi que grande parte da sociedade se solidarizou com os professores, e mesmo a greve tendo sido encerrada no dia 20 de setembro, após 46 dias de paralisação, sem que os professores alcançassem o que estavam reivindicando, o episódio foi extremamente prejudicial para o Governador. Mesmo tendo publicado um manifesto, após o incidente com a cavalaria e os professores, tentando justificar, e colocar a culpa nos professores, com frases como “Defendendo a própria vida os soldados reprimiram”, colocando o início do conflito como responsabilidade dos professores manifestantes. Ou mesmo mostrando que os professores queriam ser agredidos, pois insultaram e provocaram os soldados, não surtiu grande efeito. O passado ditatorial brasileiro trouxe a correspondência com os atos presentes do então governador, tachado em várias reportagens e cartas como “antidemocrático”.

E é interessante perceber que os professores e os líderes do movimento já previam sérios problemas em eleições no Estado para o então Governador, a notícia de um plebiscito realizado em Curitiba, no dia 02 de setembro, trazia a seguinte questão: “Se as eleições fossem hoje, você votaria em Álvaro Dias?”<sup>18</sup>. Este questionamento já revelava a insatisfação e a ferrenha propaganda anti Álvaro Dias que seria travada pelos professores nas eleições seguintes. Isto também aparece em uma carta escrita por um professor, que aponta que a resposta às atitudes do Governador seria mostrada num futuro próximo<sup>19</sup>. Podemos dizer que tiveram sua resposta, tanto que Álvaro Dias nunca mais conseguiu se eleger Governador do Estado, e nem mesmo seu irmão, que tem o mesmo sobrenome.

Diante disto, para concluir, não é possível perceber uma única representação do movimento grevista e dos professores, existe uma variedade de representações e de

apropriações, que estão em constante conflito e coexistem às vezes em uma mesma visão. O movimento e suas lideranças buscam mostrar a legitimidade de suas ações, bem como de suas reivindicações, e como estão sendo injustiçados pelo Governo, que não se abre ao diálogo. Este, por sua vez, procura desarticular o movimento, tentando demonstrar a ilegitimidade das suas ações e de suas motivações, visando mostrar que os professores são bem pagos pelo trabalho que exercem. No meio deste conflito aparecem sujeitos que representam a sociedade que assiste ao embate dos dois grupos. Destes sujeitos podemos perceber representações diferentes sobre os professores, pois em alguns momentos aparecem como “heróis”, por lidar com um baixo salário e realizar bem o trabalho, e em outros momentos aparecem como descontentes, egoístas, que não percebem que outros trabalhadores estão na mesma situação, são gananciosos, e ainda trabalham pouco.

Nas páginas do jornal aparece uma imagem complexa, multifacetada, bem definida, como vítima da situação, mas, também, como o algoz dos alunos que estão sem aula, e isto está prejudicando o futuro dos mesmos. Aparece como herói que ensina, se desdobra em atividades, realiza um bom trabalho, e como o vilão, que está em “busca do lucro fácil”, sem realizar adequadamente a função para qual foi designado.

As opiniões e as visões sobre o movimento grevista divergem, e o jornal traz caracteristicamente esta diversidade, nas notícias contra o governador e suas atitudes, nas reportagens sobre as manifestações dos estudantes que estão sem aula.

Os professores e seu movimento grevista são foco de grande debate e de embate de idéias, favoráveis ou contrárias. Mas, a partir do momento que sofrem a repressão, é notória a virada favorável, os professores passam definitivamente ao papel de vítimas de um governo opressor. E é por isso que esta é uma das greves mais lembradas da categoria. É interessante ressaltar que a repressão sofrida pelo movimento gerou uma motivação para a luta da categoria, e o episódio do dia 30 de agosto de 1988 é lembrado todos os anos, com o slogan “Dia da luta e do luto”, com paralisação das atividades nas escolas, os alunos são dispensados e os professores se dedicam a debates sobre as condições das categorias e as reivindicações alcançadas e as que ainda estão em negociação com o Governo. Tudo isto representa um reforço para a identificação dos professores com o movimento.

### Referências:

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre Representações e Práticas*. Lisboa: Difel, 1990

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JUNGBECK, Benhur. História, imprensa e representações: possibilidades metodológicas para uma abordagem histórica. In: *SEMINA* – v.2 – n.2 – p. 86-96

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/68/355> - acesso em 11/07/2011 às 14:55 h

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social da Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa História e Ensino, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Heloisa Molina.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre Representações e Práticas*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

<sup>3</sup> <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/68/355> - acesso em 11/07/2011 às 14:55 h

- 
- <sup>4</sup> Editorial da *Folha de Londrina* de 05 de agosto de 1988, p. 2.
- <sup>5</sup> *Folha de Londrina*, 18 de agosto de 1988, p. 10.
- <sup>6</sup> *Folha de Londrina*, 21 de agosto de 1988, p. 11.
- <sup>7</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- <sup>8</sup> JUNGBECK, Benhur. História, imprensa e representações: possibilidades metodológicas para uma abordagem histórica. In: *SEMINA* – v.2 – n.2 – p. 86-96, p. 90.
- <sup>9</sup> *Folha de Londrina*, 31 de agosto de 1988, p. 1 e 9.
- <sup>10</sup> *Folha de Londrina*, 11 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Salário dos Professores
- <sup>11</sup> *Folha de Londrina*, 12 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Trabalho docente
- <sup>12</sup> *Folha de Londrina*, 17 de agosto de 1988, p.2. Seção Cartas: Greve dos Professores
- <sup>13</sup> *Folha de Londrina*, 17 de agosto de 1988, p. 1. Imagem com título “Pedindo aulas”.
- <sup>14</sup> *Folha de Londrina*, 21 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Função denegrida
- <sup>15</sup> *Folha de Londrina*, 26 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Apoio aos professores
- <sup>16</sup> *Folha de Londrina*, 31 de agosto de 1988, p. 2. Seção Cartas: Professores em greve
- <sup>17</sup> *Folha de Londrina*, 02 de setembro de 1988, p. 2. Seção Cartas: Greve dos professores.
- <sup>18</sup> *Folha de Londrina*, 03 de setembro de 1988, p. 10. Plebiscito em Curitiba
- <sup>19</sup> *Folha de Londrina*, 23 de setembro de 1988, p. 2. Seção Cartas: Professores em greve